

A Produção do Conhecimento Geográfico

5

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 5

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 5 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-82-6

DOI 10.22533/at.ed.826181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “A Produção do Conhecimento Geográfico” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, que apresenta, em seus 14 capítulos, discussões de diferentes vertentes da Geografia física, com ênfase nos espaços geográficos.

A Geografia física engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social, bem como suas relações com a natureza.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia física, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação de trabalho, mas também são incluídos fatores como riscos, vulnerabilidade, sustentabilidade, conservação, recuperação.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia física, apresenta artigos alinhados com a estudos da natureza. A importância dos estudos geográficos dessas vertentes, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

ESTUDOS DE GEOGRAFIA FÍSICA DO TERRITÓRIO

CAPÍTULO 1	1
DISCUSSÕES SOBRE A ANÁLISE ESPACIAL DA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Maiara Santos Silva Elizabeth M ^a F. R. de Souza	
CAPÍTULO 2	10
“ENTRE AS ÁGUAS DO RIACHÃO”: TRAJETÓRIAS DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E CONFLITOS AMBIENTAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS	
Adinei Almeida Crisóstomo Rômulo Soares Barbosa	
CAPÍTULO 3	22
A USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA) E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS EM BABAÇULÂNDIA (TO)	
Súsie Fernandes Santos Silva Airton Sieben	
CAPÍTULO 4	33
AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE A PARTIR DA INTRODUÇÃO DO PÓLO NAVAL.	
Maristel Coelho San Martin Solismar Fraga Martins	
CAPÍTULO 5	42
DIAGNÓSTICO DAS ÁGUAS DO EMPREENDIMENTO HIDROELETTRICO FOZ DO RIO CLARO (GO)	
Pollyanna Faria Nogueira João Batista Pereira Cabral	
CAPÍTULO 6	54
DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO ASSENTAMENTO SANTA RITA, MUNICÍPIO DE JATAÍ (GO)	
Jordana Rezende Souza Lima Mainara da Costa Benincá Vilson Souza Queiroz Junior Hildeu Ferreira da Assunção	
CAPÍTULO 7	68
O DISCURSO SOCIOAMBIENTAL NA PRODUÇÃO DE TESES DA GEOGRAFIA BRASILEIRA	
Leandro Rafael Pinto	

CAPÍTULO 8	85
PAISAGEM E ESPAÇO: CONCEITOS-CHAVE DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA RE-SIGNIFICADOS A PARTIR DA CRÍTICA AOS PARADIGMAS DA SOCIEDADE MODERNA E OCIDENTAL COMO A DICOTOMIA ENTRE CULTURA E NATUREZA E O DISCURSO DE NARRATIVA ÚNICA ¹	
Yanci Ladeira Maria	
CAPÍTULO 9	94
ANÁLISE DA COBERTURA VEGETAL NO VARJÃO DO RIO PARANAPANEMA, MUNICÍPIO DE ROSANA-SP: UM ESTUDO PARA A CRIAÇÃO DE UM CORREDOR ECOLÓGICO ¹	
Diogo Laércio Gonçalves Messias Modesto dos Passos	
CAPÍTULO 10	105
BELO MONTE E DES-ENVOLVIMENTOS NA AMAZÔNIA	
Ivana de Oliveira Gomes e Silva Antônio Thomaz Jr. Paulo Lucas da Silva	
CAPÍTULO 11	116
GEOGRAFIA HISTÓRICA DA PAISAGEM E GEOINDICADORES DE IMPACTO NO MEIO FÍSICO NAS PCHs RIO DO PEIXE 1 E 2 (1925 - 2016)	
Edson Alves Filho Sueli Angelo Furlan	
CAPÍTULO 12	129
IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DA ALTERAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL NO CERRADO – ESTUDO DE CASO NA BACIA DO RIBEIRÃO ÁGUA LIMPA, UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS	
Oberdan Rafael Pugoni Lopes Santiago Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues	
CAPÍTULO 13	138
DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO A INDÚSTRIA DO CINEMA: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA (SP)	
Fernanda Farias Baptista da Silva Lindon Fonseca Matias	
CAPÍTULO 14	153
UTILIZAÇÃO DE IMAGENS DE SENSORIAMENTO REMOTO E DO SISTEMA TERRAHIDRO PARA O ESTUDO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DO MANDAGUARI, SP	
Paulo Roberto Vagula José Tadeu Garcia Tommaselli	
SOBRE A ORGANIZADORA	161

BELO MONTE E DES-ENVOLVIMENTOS NA AMAZÔNIA

Ivana de Oliveira Gomes e Silva

Universidade Federal do Pará –Campus
Castanhal, Faculdade de Pedagogia, Castanhal -
PA

Antônio Thomaz Jr.

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho” FCT-UNESP Campus Presidente Prudente
- SP

Paulo Lucas da Silva

Universidade Federal do Pará – Campus
Castanhal, Faculdade de Pedagogia, Castanhal –
PA

RESUMO: Trata de conflitos socioambientais patrocinados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), no Sudoeste paraense. As ações e representações de resistência e adaptação dos sujeitos, marcados pelas diferenças étnicas e de classe, que produzem espacialidades distintas em contextos ambientais diversos, são apresentadas e analisadas no presente trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: conflitos socioambientais; adaptação; resistência.

ABSTRACT: Deals with socioenvironmental conflicts sponsored by the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, in the southwestern state of Para. The actions and

representations of resistance and adaptation of the subjects, marked by the ethnic and class, which produce distinct spatiality in different environmental contexts, all this is analyzed in the present study.

KEY WORDS: social and environmental conflicts; adaptation; resistance.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar alguns elementos presentes nos conflitos socioambientais suscitados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no município de Vitória do Xingu, Mesorregião Sudoeste do Pará. O texto traz passagens de outros documentos e falas de minha autoria, já parcialmente publicados na tese e em eventos, que fazem parte de pesquisas em andamento a partir dos resultados e discussões da tese de doutoramento. Trata-se, portanto, de releituras e interpretações dos dados coletados no período de 2013-2017.

O projeto da UHEBM é originário dos grandes projetos desenvolvidos pela ditadura militar na Amazônia. A contraditória retórica da segurança nacional pela ocupação do território, não apenas ignorava os habitantes tradicionais da Amazônia, como também dissimulava a

negociação dos recursos naturais presentes na região com multinacionais estrangeiras e grandes empreiteiras nacionais.

Causou espanto à comunidade acadêmica e aos militantes de movimentos sociais, que debateram alternativas de desenvolvimento para a Amazônia durante as últimas quatro décadas, que interlocutores petistas, colaboradores em estudos e planejamento de medidas sustentáveis para a região, aprovassem e dessem encaminhamento à construção da UHEBM durante os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff.

A nova configuração dos conflitos a partir dos governos petistas de Lula e Dilma, as mudanças de posicionamento de setores dos movimentos sociais, algumas táticas utilizadas para a implantação do megaprojeto e os desdobramentos consequentes dessas ações, são partes das práticas sociais de apropriação do território acionadas nas lutas no entorno da construção da UHEBM e representam o eixo em torno do qual se constrói nossa investigação.

2 | DESENVOLVIMENTO

O tema ora estudado trata dos conflitos socioambientais patrocinados pela construção da UHE Belo Monte, no Sudoeste paraense. As ações de resistência e adaptação dos sujeitos, marcados pelas diferenças étnicas e de classe, que produzem espacialidades distintas em contextos ambientais diversos, são apresentadas e analisadas no presente trabalho. Na condição histórica de participantes da produção social do espaço, esses sujeitos constituem comunidades e localidades tradicionais, de acordo com sua base cultural, suas cosmologias e suas relações com a natureza. Segmentos socialmente vulneráveis, são pescadores, camponeses, moradores de baixadas, ribeirinhos, indígenas, grupos sociais que são discriminados e marginalizados no contexto da formação socioespacial do país. Frente aos processos “modernizadores” encimados pelo capital, que articula Estado e corporações, esses sujeitos evidenciam identidades e espacialidades diferenciadas, que, não obstante demonstrarem suas formas particulares de relação com o espaço, são invisibilizados, segregados, pela negação de seus direitos fundamentais. As grandes hidrelétricas patrocinam país afora injustiças socioambientais desde suas primeiras experiências, como foi o emblemático caso da UHE Binacional de Itaipu, registrado por Germani (2003).

A Constituição Federal do Brasil, ao tratar do Meio Ambiente, postula que cabe ao Estado assegurar o equilíbrio harmonioso entre o homem e o meio ambiente em que vive, devendo sempre o interesse de proteção ao meio ambiente, por ser um interesse público, prevalecer sobre os interesses individuais privados.

Ora, o Estado é efetivamente o provedor de condições estruturais para o avanço do capital, cuja característica destrutiva é evidenciada por diversos autores de teorias críticas de matriz marxista, tais como Mészáros (2007), que discute a incontrollabilidade

e a destrutividade do capital globalizante. Corroborando essa análise, observamos alguns eixos contraditórios que destacamos preliminarmente no estudo em curso: as ações do Estado *versus* os interesses da sociedade civil; interesses públicos x interesses privados; expansão incontrolável do capital x sobrevivência humana. Parte característica das ações do Estado, a política de incentivos fiscais oferecidos para grandes empreendimentos agropecuários e de mineração na Amazônia, foi um dos propulsores para a conversão de grandes áreas florestais em grandes projetos hidrelétricos, pastagens para atividades de pecuária extensiva, ou monocultivos para exportação, o que ainda persiste atualmente.

Assim, historicamente os grandes projetos de desenvolvimento buscam, dentro de uma lógica instrumental economicista, transformar e explorar as características naturais e geográficas amazônicas, que na sua forma original são consideradas como barreiras ao 'desenvolvimento' e a partir das transformações advindas dos grandes projetos se estruturariam então, as bases de integração da região ao mercado nacional e internacional (GERMANI, 2003; THOMAZ Jr, 2010). As iniciativas do Estado são analisadas como expressão dessa parceria, que prioriza os intentos do capital e desconsidera, reduz e degrada os seres humanos, que são considerados meros custos de produção (MÉSZÁROS, 2007).

Os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu foram iniciados em 1975. A partir destes estudos, cujas conclusões foram publicadas pelo governo brasileiro no ano de 1980, quando a ELETROBRÁS recebeu o relatório dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, até o ano de 2010, quando a concessão da licença prévia foi expedida pelo IBAMA, ocorreram inúmeras manifestações populares contrárias ao projeto da UHE, tais como assembleias, passeatas, embargos judiciais, atos públicos, promovidos por movimentos sociais de resistência liderados por indígenas, ambientalistas, religiosos, ribeirinhos, pesquisadores, artistas nacionais e estrangeiros. Belo Monte, enquanto um projeto gestado pelo Estado e contestado vigorosamente pelas populações regionais durante três décadas, oferece a possibilidade de análise da fragilidade do território tradicional e das organizações de classe, etnia, entre outros marcadores identitários, diante dos avanços do capital. Mais ainda, diante do alcance político das ações que resultam na efetivação do empreendimento, vislumbramos a possibilidade de analisar as contradições mobilizadas para viabilizar processos de territorialização do mineroagrohidronegócio na Amazônia, no caso emblemático da UHE Belo Monte.

Durante nossa pesquisa de doutoramento investigamos as diferentes percepções de moradores atingidos pela UHE Belo Monte acerca dos impactos da construção da Usina na sua constituição identitária e de classe, no mundo do trabalho, a partir da memória.

Buscou-se analisar a percepção dos moradores sobre os impactos da UHEBM por meio da memória de trabalho e de luta pela terra, como forma de compreender a memória e a história local enquanto expressões da realidade social. Considerando

que são os sujeitos que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história, as análises sobre o passado estão sempre influenciadas pela marca da temporalidade. Ao se interpretar a história vivida, no processo de construção da história conhecimento, os pesquisadores são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivem e a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido reinterpretando-o, sem, no entanto, o modificar. Tempo, memória, espaço e história caminham juntos e com frequência através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história. Nosso esforço principal foi identificar a dinâmica envolvendo o par dialético adaptação e resistência na perspectiva da identidade de classes, no cenário conflitivo deflagrado pela construção da barragem no Rio Xingu.

A abordagem metodológica é o materialismo histórico dialético, que fundamenta a interpretação da realidade pesquisada, buscando compreender as manifestações de resistência e de adaptação dos sujeitos pesquisados, diante da UHEBM, consoante suas visões de mundo, a partir da sua posição social e sua consciência de classe. Formulado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), o materialismo histórico-dialético é um enfoque teórico, metodológico e analítico que aspira compreender a dinâmica e as grandes transformações da história e das sociedades humanas.

Pode-se dizer que conceitualmente, o termo materialismo diz respeito à condição material da existência humana, assim como o termo histórico parte do entendimento de que a compreensão da existência humana implica a apreensão de seus condicionantes históricos, e o termo dialético tem como pressuposto o movimento da contradição produzido na própria história. A dialética sob o prisma do materialismo histórico, parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos. Para Marx, a dialética se fundamenta no movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano. Assim, as ideias são, de fato, reflexos do mundo exterior e objetivo vivenciado pelos sujeitos e, por isso, as ideias são representações do real (BOTTOMORE, 1988).

Os procedimentos da pesquisa em campo utilizados para a produção das informações, foram a observação participante, entrevistas semiestruturadas, além de registros fotográficos. No que diz respeito à análise das informações, utilizamos técnicas de análise e interpretação, na perspectiva materialista histórico-dialética, para a construção de um entendimento teórico-crítico do objeto de estudo.

Os interlocutores da pesquisa foram três ex-moradores de áreas de interesse do empreendimento UHEBM, sendo dois moradores de áreas rurais e uma moradora de área urbana. Buscamos analisar suas visões dos impactos da barragem nas atividades desempenhadas, nos saberes praticados, nas aspirações trazidas em suas histórias de luta pela terra, dentre outros componentes que os identificavam como parte de um coletivo, provocando um sentimento de pertencimento diante das outras comunidades/bairros próximas de suas antigas moradias.

Os resultados indicam que os marcadores identitários e saberes culturais mais significativos giravam em torno das práticas socioculturais concernentes aos saberes da agricultura e da pesca, particularmente, ao local para o plantio, manejo da terra, tempo para o plantio e para a colheita e, ao saber da pesca, singularmente, aos locais específicos para desenvolver o ofício, os procedimentos adotados para executar essa tarefa e ao tempo específico para a captura das espécies, no caso dos ex-moradores da área rural. Para a moradora da área urbana as memórias evocadas reforçam uma identidade forjada nas lutas comunitárias do bairro, sua trajetória militante e aos diferentes papéis assumidos no coletivo.

A construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte na percepção dos entrevistados resume-se a descrições detalhadas de uma série de transtornos, violência, desterroamento e de uma absoluta inexistência de benefícios. Suas narrativas ressaltam a destruição de seus estilos de vida, de sonhos e aspirações. Afirmam que as formas de indenização ou reparação, não substituíram nem compensaram as vivências na terra conquistada, as trocas culturais, os modos de vida, acentuando o sentimento de perda e de impotência diante das circunstâncias decorrentes do empreendimento.

As narrativas expressam sofrimento com a mudança do local de moradia, dificuldade de adaptação à nova moradia/terra, extinção ou esvaziamento das atividades desenvolvidas anteriormente, deixando claro que não houveram ações mitigatórias capazes de suprir a ausência ou substituir os laços familiares e/ou laços afetivos construídos nas sociabilidades, nem nos modos de vida, pois a comunidade ou o bairro extintos eram os seus lugares, onde praticavam suas atividades costumeiras e construía suas identidades culturais e suas sociabilidades.

Bastante ilustrativa é a imagem de uma placa do empreendimento construtor da UHEBM (figura 1), avisando os moradores da Vila de Santo Antônio, que ficava proibido o sepultamento de pessoas da comunidade no cemitério local e requerendo informações da comunidade acerca de falecimentos ocorridos a partir do embargo do cemitério, para que o sepultamento fosse realizado em cemitério na cidade de Altamira, a partir de janeiro de 2012. Localizada no município de Vitória do Xingu, a Vila de Santo Antônio era um povoado constituído na década de 1970, posteriormente evacuado e extinto para dar lugar a um dos principais canteiros de obra da UHEBM.

O impacto de medidas como essa atingiram os sujeitos de forma dramática, pois suas visões de mundo, suas representações acerca do sagrado, foram atacadas e varridas do espaço onde viveram por décadas.

Igualmente desolador para os moradores foi verificar as intervenções no interior do cemitério, onde foram afixadas diversas estacas com marcações técnicas relativas ao empreendimento (figura 2).



Figura 1- Placa de embargo do cemitério Vila Sto. Antônio

Fonte: Movimento Xingu Vivo Para Sempre

A total insensibilidade e autoritarismo praticados no decorrer de uma megaobra como a UHEBM, era algo que não se esperava, por ser esta uma obra de um governo cujo partido emergira a partir das lutas populares.

A opção do governo petista em abandonar sua base popular e seu projeto diferenciado, para encampar os interesses dos partidos burgueses na coalisão governista, implicou assumir as práticas corrompidas, corruptas e corruptoras dos velhos partidos conservadores. Ao se liberar do fardo da ética, pelas alianças e coalisões com o mercado e com a burguesia, verificou-se que as mesmas estratégias utilizadas pelos governos de direita e até mesmo pela ditadura militar, foram usados sem reservas para silenciar os opositores ao projeto da UHEBM pelos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff.

Tal metodologia pode ser constatada nas negociações que envolveram a desapropriação dos moradores de áreas urbanas e rurais. A remoção compulsória traumatizou moradores de áreas ribeirinhas, pescadores, agricultores, extrativistas e indígenas. Segundo a Defensoria Pública da União (DPU), mais de 8.000 famílias passaram por esse processo de desocupação forçada de seus domicílios, que foram demolidos totalmente. Nobrega (2014, p.1), relata:

Como forma de minorar ou minimamente compensar este dano, inúmeras condicionantes foram impostas pelo IBAMA para instalação e construção da usina. O órgão licenciador fixou parâmetros para a elaboração do cadastro socioeconômico (identificação das famílias residentes nas áreas a serem desapropriadas, incluindo levantamento sobre atividade comercial), do cadastro fisicopatrimonial (avaliação dos imóveis a serem desapropriados após a confecção do caderno de preços) e das opções de atendimento aos atingidos (indenizações, unidade residencial no reassentamento urbano coletivo – RUC, aluguel social, carta de crédito/relocação assistida), vide itens 2.14, 2.15 e 2.16, da Licença de Instalação (LI 795/2011).

A forma autoritária de conduzir o processo foi devidamente terceirizada, o Consórcio Norte Energia S.A., responsável pelo empreendimento, designou à diversas empresas a tarefa de realizar o cadastramento e encaminhar os procedimentos de avaliação, proposição de atendimento e execução do despejo dos moradores.

A população deveria ter tido acesso aos cadernos de preços e ao cadastro socioeconômico, de acordo com as determinações do órgão licenciador. A liberdade de escolha da forma indenizatória foi ignorada, as empresas responsáveis trouxeram opções específicas para os moradores, pré-determinando suas escolhas de forma restritiva. Segundo a Defensoria,

Nesse cenário, a Defensoria Pública da União, coordenada pelo Grupo de Trabalho das Comunidades Indígenas, passou a atuar em caráter itinerante e a ter contato diário com as famílias de Altamira a partir de 19 de janeiro do corrente ano e, em apenas poucos dias, já foi possível testemunhar as inúmeras violações perpetradas pela empresa empreendedora, a Norte Energia S/A (NESA), aos ditames da licença de instalação acima aludidos, enumerando-se a seguir as denúncias mais frequentes levadas à DPU: i) dificuldade de acesso ao cadastro socioeconômico e impossibilidade de alterá-lo, mesmo demonstrado à empresa o erro cometido que consistia, na maior parte dos casos, no não cadastramento de algum morador não presente no momento da entrevista; ii) a não participação da população afetada na confecção do caderno de preços, documento unilateralmente elaborado e apenas posteriormente divulgado pela NESA; iii) a não revisão/atualização do valor das benfeitorias contido no caderno de preços, cristalizado em 2012, sendo que as indenizações só começaram a ser pagas em 2014; iv) o valor irrisório atribuído pela empresa à terra nua, em total descompasso com o reajuste exorbitante no preço do terreno ocasionado, sobretudo, pela chegada do empreendimento à cidade; v) ausência de informação quanto ao início/término do cadastro, ao real alcance e significado do “congelamento dos imóveis” e as formas de atendimento previstas no PBA para as famílias; vi) inflexibilidade e intimidação da Diagonal (empresa contratada pela NESA) na condução das negociações com a população, que se sentia pressionada a aceitar a opção de atendimento, ante a ameaça de ser removida judicialmente “sem direito a nada”;(NOBREGA, 2014, p.1)

Dramático presenciar a assimetria existente entre as partes, onde de um lado tem-se o empreendimento, que é a maior obra do governo federal, em parceria com as maiores empreiteiras do país, do outro lado, as populações fragilizadas em seus movimentos de resistência, pressionadas por antigos militantes convertidos em apoiadores do governo.



Figura 2: Cemitério sob intervenção das obras da UHBM – Vila Sto. Antônio

Fonte: Movimento Xingu Vivo Para Sempre

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das consequências da estratégia do empreendedor em individualizar as negociações, foi a perda da perspectiva comunitária nos reassentamentos, seja em casas adquiridas pelas famílias ou nos reassentamentos coletivos, rurais ou urbanos. Os empreendedores conduziram as negociações com os atingidos priorizando a escolha por indenizações em dinheiro, o que causou uma dispersão geográfica entre os antigos grupos de vizinhança e vivências comunitárias. A obrigatoriedade de oferecer três opções aos moradores desterrados, não foi cumprida. Os empreendedores estabeleceram requisitos ligados à legalização das propriedades, para oferecer a possibilidade de escolha que está garantida em lei. As opções seriam: o reassentamento em uma nova vila que seria construída pelo empreendimento, a indenização pelos bens (terra documentada e benfeitorias), carta de crédito para compra de um novo terreno. A maioria dos moradores da Vila Santo Antônio não possuía documentação e não teve o direito de escolher, teve que aceitar uma indenização irrisória diante da especulação imobiliária que assolou a região com a chegada do empreendimento. Nos diz uma ex-moradora da Vila:

Indenização foi uma esmola que a Norte Energia deu para nós, esmola! (...). Morei quase 30 anos na comunidade, para receber isso, olha isso que eles fizeram com nós... eles não fizeram mais nada por nós, agora estamos aí tentando de novo para ver se eles ainda dão uma coisinha. Mas, isso aí está difícil, não adianta nem lutar mais. (Trecho de entrevista: Expropriada de área rural, Vitória do Xingu, junho de 2015).

As perspectivas de futuro dos sujeitos investigados variam de acordo com suas trajetórias políticas, suas percepções do cenário que envolve o empreendimento, sua situação atual de moradia, trabalho e sociabilidade. Há casos de adoecimentos graves

e até relatos de morte em decorrências de depressão, e da não-adaptação aos novos lugares destinados aos sujeitos desterrados. Há casos de recuperação da vontade de lutar, mobilizada pela revolta dos sujeitos diante das injustiças patrocinadas pelo empreendimento.

Nesses dias tenho andado nas ruas e escutado piadinhas. Porque para alguns eu tenho cara de PT, né. Eu faço que não ouço e vou embora, sigo o caminho. Eu passei uma fase que hoje eu acredito unicamente que ainda estou caminhando e vou continuar até o final da luta que eu acredito, no movimento popular organizado e consciente, que é um negócio difícil e dá trabalho. Aí estamos com um trabalho na região, nos bairros, ouvindo o clamor do povo nesses bairros novos. Esses dias uma antiga vizinha apareceu aqui triste e eu perguntei e aí amiga como está a vida no São Joaquim (Reassentamento Urbano Coletivo). Ela disse “ah dona, tá difícil, sem água, longe, com energia cara – setecentos reais de energia! E ainda por cima chegou o IPTU da prefeitura. ” Acho que nós vamos pegar a mulherada e vamos lá pra Câmara (de Vereadores). Estamos reunindo nos bairros novos com os antigos vizinhos reassentados nos bairros novos. (Trecho de entrevista: Expropriada de bairro urbano, Altamira, março/ 2016).

Para alguns pesquisadores que investigam os conflitos em torno da UHEBM, a disputa central se dá entre dois modelos de desenvolvimento, um tradicional, predatório, praticado e outro sustentável, humanizado, idealizado. Outros apontam cosmovisões em conflito. A partir da perspectiva adotada em nossa pesquisa, a disputa geradora dos conflitos socioambientais diz respeito a uma disputa pela sobrevivência da humanidade, que caso continue ancorada no sistema capitalista, avançará rapidamente a uma situação de catástrofe planetária. A escolha por outra diretriz implica pensar soluções pós-capitalistas, que foram recusadas pelos governos petistas, apesar destes terem erigido sua popularidade propondo um governo autointitulado progressista e “de esquerda”. Os depoimentos evidenciam uma piora sensível nas condições de sobrevivência dos expropriados do Xingu. Para além da retórica higiênica dos empreendedores, que procuram pôr em contraste as antigas moradias em palafitas na ribeira urbana com as casinhas apertadas e padronizadas dos reassentamentos urbanos coletivos (RUCs), que lembram a arquitetura de um campo de concentração por sua métrica, os moradores perderam o acesso fácil ao centro da cidade, a rede de serviços de saúde, educação, comércio, lazer, ao rio, a rede de sociabilidades, etc.

Nos auxilia nas análises do cenário devastado das comunidades remanejadas, o pensamento de Mézáros (2004), ao articular uma leitura atual do funcionamento daquilo que ele denomina “sistema de reprodução sociometabólica do capital”, ou seja, um sistema orgânico historicamente específico de produção material, cuja lógica totalizadora é oposta ao controle social. As ideias defendidas pelos movimentos de oposição ao projeto da UHEBM, como é o caso do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, defendem o controle social, que sejam escutados os sujeitos atingidos e consideradas suas percepções acerca do projeto e a viabilidade de outras alternativas de desenvolvimento.

Por outro lado, ao descrever uma estrutura que expande de forma irracional suas

forças destrutivas, produzindo desperdício e exploração irrefreável da força de trabalho humana, ao ter sempre como guia os parâmetros cegos da acumulação, Mészáros (2007), nos apresenta a urgente tarefa de enfrentar a marcha destrutiva do capital irreformável.

Em vista das restrições e contradições sistêmicas incorrigíveis do capital, somente a alternativa socialista pode apresentar uma maneira historicamente sustentável de escapar de nossa situação de apuro tão perigosa. Para torna-la possível, é preciso fazer um exame crítico do passado, bem como reavaliar algumas estratégias, que mesmo hoje, são ainda seguidas pelo movimento operário. (MÉSZÁROS, 2007, p. 377)

Preliminarmente podemos pensar que a disputa que opõe a UHEBM e seus apoiadores no campo da política, empresariado e parte dos movimentos sociais, *versus* os sujeitos agregados em torno do Movimento Xingu Vivo Para Sempre e de setores da Prelazia do Xingu, aqui tomados como expoentes da adaptação e da resistência aos avanços do capital sobre a Amazônia, é uma disputa que se processa entre visões diametralmente opostas na forma de considerar a humanidade, a natureza e o futuro.

As formas de produção e consumo ampliadas, sem a adoção de uma economia responsável, conduzem à barbárie socioambiental da qual a UHEBM é um exemplo contundente. A alternativa apresentada desde Marx, tida como a chave para a superação das injustiças sociais ao modo de controle sociometabólico do capital, é o socialismo. O fardo do nosso tempo histórico exige que se criem formas capazes de assegurar a sobrevivência da humanidade e seu desenvolvimento positivo no futuro (MÉSZÁROS, 2007). O testemunho dos sujeitos subjugados pelo megaprojeto da UHEBM e os desdobramentos socioambientais ainda em curso, deveriam servir como sinalizadores, alertando a partir de sua dor e sofrimento, que tal modelo de desenvolvimento econômico não pode mais ser propagado, sob pena de não haver mais tempo para remediar os danos causados à comunidade humana em escala planetária.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

GERMANI, Guiomar Ines. **Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu**. Editora da Ulbra. 2003.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. Editora Empório do Livro. São Paulo. 2009. 279 p.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOBREGA, Francisco de Assis. **Belo Monte de violações: o reassentamento urbano**. Jornal DPU, n. 2. Disponível em: http://www.dpu.def.br/images/esdpu/jornaldpu/educacao_2/Artigo_4_-_Belo_Monte_

de_viola%C3%A7%C3%B5es_o_reassentamento_urbano.pdf. Acesso em jun. 2018.

THOMAZ JR. Antonio. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI**. Campo-Território: revista de Geografia Agrária, v. 5, n. 10, p. 92-122, Uberlândia, 2010.

